

Documentos públicos ou secretos?

Por Gustavo Ungaro

A cultura do segredo não combina com a gestão pública moderna, necessariamente democrática e aberta à participação do cidadão. As informações de interesse geral precisam ser compartilhadas, devem estar disponíveis e acessíveis, principalmente pela internet, por meio de portais da transparência que facilitem a obtenção dos dados almejados.

Se os dados buscados não estiverem em formato eletrônico na rede mundial de computadores, é direito subjetivo demandá-los diretamente junto ao órgão público onde os mesmos possam ser encontrados, e haverá dever estatal de fornecimento com celeridade, pois a regra geral do Estado de Direito é a vigência do princípio da publicidade, hoje reforçado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e antes, em nosso Estado, pela Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei nº 10.294/99). Assim, somente as informações pessoais, as previstas em lei específica e aquelas sensíveis à segurança é que devem ser custodiadas de forma restritiva, ficando protegidas por certo tempo, excepcionalmente, pois a transparência deve prevalecer.

Para as mais diversas finalidades – e sem qualquer necessidade de exposição dos motivos – é possível pedir informação, a ser respondida no prazo de até vinte dias. Caso não seja satisfeita a demanda, recorre-se ao dirigente da unidade estatal e, se ainda assim não ocorrer o fornecimento do documento público, pode-se apelar a um órgão externo ao ente detentor dos dados.

No âmbito estadual paulista, todas as Secretarias, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas estão integradas no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (www.sic.sp.gov.br), sendo fácil e rápido fazer o pedido diretamente pela internet – apenas neste mês de julho já foram feitas mais de mil e duzentas solicitações, quase todas atendidas sem necessidade de apelo à Ouvidoria Geral do Estado, responsável pelas decisões recursais administrativas como instituição garantidora da efetividade do acesso a informação e da transparência.

Em recente avaliação efetuada pela CGU e IBGE, o Estado de São Paulo recebeu nota 10 em acesso a informação – boa notícia para a cidadania, pois menos segredo significa mais controle social.

Gustavo Ungaro é ouvidor geral do Estado de São Paulo e membro do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci)